

Atingidos por Barragens: o debate na mídia impressa sobre a Usina Hidrelétrica Estreito – MA/ TO¹

Lígia Regina Guimarães Clemente²
Universidade Paulista - UNIP, São Paulo, SP

Resumo

A construção de um empreendimento de grande porte como uma Usina Hidrelétrica envolve diversos atores sociais, tais quais: poder público, consórcios, movimentos sociais e comunidade impactada. Este artigo pretende refletir sobre como os atores sociais envolvidos no processo de instalação da Usina Hidrelétrica Estreito, com abrangência nos estados do MA e TO, têm voz no noticiário impresso local e nacional. Com enfoque específico sobre o sujeito “atingido por barragem”, analisa-se parte da cobertura jornalística sobre a UHE Estreito nos veículos Folha S. Paulo e Jornal O Estado (do Maranhão). Em uma proposta de compreender a construção desse sujeito atingido, pauta-se na contribuição teórica de Michel Foucault e nos seus apontamentos sobre ordem do discurso e poder.

Palavras-chave: Atingidos por Barragens; Usina Hidrelétrica; Discurso; Jornalismo.

No contexto de instalação de grandes empreendimentos no país, torna-se importante refletir sobre como a esfera pública da comunicação permite a mediação do debate entre os diversos sujeitos que fazem parte desse processo. Este trabalho parte da preocupação de compreender como os atores sociais relacionados às instâncias de implantação e operação da Usina Hidrelétrica Estreito foram representados na esfera midiática durante o período de instalação da usina.

No rio Tocantins, situada nos estados do Maranhão e Tocantins, com reservatório de abrangência em 12 municípios desses dois estados, alcançando 400 km² de terras inundadas, a UHE Estreito foi inaugurada em 2012. Sob responsabilidade do Consórcio Estreito Energia (Ceste), formado pelas empresas GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e Intercement, a Usina teve investimento na ordem de R\$ 5 bilhões e compõe uma das grandes metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 na área energética do país desta década. O processo de instalação do empreendimento foi marcado por diversos conflitos e despertou o debate na imprensa sobre as questões relativas aos impactos trazidos

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Curso de Comunicação e Cultura Midiática da UNIP-SP, sob orientação da Prof^a Dr.^a Carla Reis Longhi. E-mail ligiaufma@gmail.com.

a nível local (questões ambientais, socioeconômicas e territoriais), assim como o potencial desenvolvimento para a matriz energética brasileira trazido pela barragem.

O processo de construção de um empreendimento de grande porte como uma Usina Hidrelétrica costuma envolver atores sociais como: o poder público, o consórcio responsável pelas obras; associações; movimentos sociais; organizações não governamentais e comunidade impactada direta e indiretamente (ribeirinhos, agricultores, comerciantes, indígenas e outros). Cada um desses atores se posiciona a respeito do empreendimento; constrói leituras e, por vezes, muda o modo de compreender a sua própria relação com o ambiente que está sendo transformado. Como mediadora desse processo, atua a mídia, que seleciona e escolhe quais fontes entram no debate público; dá voz a esses atores e, por vezes, ressignifica discussões.

Aqui, pretende-se abordar sobre como uma categoria desses atores teve voz na mídia local e nacional: o atingido pela UHE Estreito. Sendo assim, serão analisadas notícias referentes à UHE Estreito publicadas no jornal O Estado (do Maranhão) e Folha de S. Paulo, num recorte temporal de 2012 e 2013 (fase da inauguração e início da operação do empreendimento).

Tomaremos como suporte teórico para compreender o discurso a obra de Michel Foucault, que em *A Ordem do Discurso* (1970) propõe métodos de análise, de desconstruir os procedimentos que regem o discurso, de compreender a origem de sua formação. Em *A Microfísica do Poder* (1976), Foucault destaca que há uma intrínseca relação entre poder e saber, que não há relação de poder sem constituição de um campo de saber. A partir dessas noções, pretende-se desvendar também as construções próprias dos códigos do discurso jornalístico, para compreender os mecanismos de interdições, exclusão e seleção dos sujeitos que falam e que participam do debate público sobre as barragens.

1. O sujeito Atingido por barragem

Waldman (2002) enumera os impactos mais recorrentes na criação de usinas hidrelétricas.

A forma com a qual é realizado o estudo das propriedades; desmatam as áreas, destroem roçados, fazem perfurações, instalam postos de mediações causando uma série de prejuízos aos proprietários que não são indenizados. [...] Alteração do curso rio e poluição das águas a jusante da barragem. O que afeta a pesca e o plantio. Alteração na ecologia; surgimento de pragas. Mudanças bruscas na região e possibilidades de terremotos. Êxodo rural e migração forçada; aumento de desemprego e violência, destruição da cultura, esfacelamento da vida comunitária; Desaparecimento de terras férteis que estão produzindo alimentos (WALDMAN, 2002, p. 82).

Para a emissão de licenças ambientais e a permissão para construir usinas hidrelétricas é necessária a realização do chamado Estudo de Impactos Ambientais (EIA). No caso da UHE Estreito, o EIA foi realizado em 2001, pela empresa CNEC Engenharia como condição para emissão da Licença Prévia pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Esse Estudo relata, no quesito “impactos socioambientais”, que a UHE Estreito resultaria num saldo inicial de 5.937 habitantes atingidos, compreendidos em 268 família da zona urbana e 1.019 famílias da zona rural. Registra, também, impactos sobre 301 imóveis urbanos atingidos e 909 imóveis rurais. O Estudo reconhece e avalia os impactos ambientais e sociais para a região:

A intervenção sobre o espaço físico para implantar a UHE Estreito (TO/MA) atinge também o espaço social constituído, provocando, de modo considerável, alterações no cotidiano da população residente nas proximidades do empreendimento. Pretende-se a seguir apontar as principais tendências da mudança social decorrente da implantação do empreendimento, evidenciando, principalmente, os processos sociais que atingem as populações rural (ribeirinha e ilhéus) e urbana, que se encontram na área a ser afetada pelo reservatório (CNEC, 2001, p.67).

O EIA afirma que o meio socioeconômico é o que abarca os impactos mais representativos das alternativas de barramento do empreendimento, classificado em quatro diferentes grupos:

Econômico (a base econômica efetiva e potencial da área estudada): potencial dos recursos naturais e potenciais áreas de lavouras; social (as populações urbana e rural afetadas): integração à vida social, alterações no nível de emprego, na posse dos meios de produção e trabalho e interferências culturais; regional (quilometragem de estradas): infraestrutura de articulação produtiva e social da região; e institucional (divisão político-territorial): municípios atingidos em mais de 10% e sedes municipais relocadas (CNEC, 2001, 34).

O Estudo de Impactos Ambientais, além de descrever a área a ser afetada pelo empreendimento, apresenta alternativas como indenização, desapropriação por utilidade pública ou não e o reassentamento habitacional. “A desapropriação é o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização” (CNEC, 2001, p.88).

Nos termos do art. 10, da Lei 9.074/95, com a redação dada pela Lei 9.648/98, “cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia

elétrica”.

Propõe-se aqui compreender quem é esse sujeito que sofre os impactos já previstos pelo EIA. Vainer (2007), no artigo “Conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes”, discute que a noção de “atingido por barragem” não é meramente técnica ou econômica, mas é um conceito em disputa, que diz respeito à legitimação e ao reconhecimento de direitos e demandas.

Estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa (VAINER, 2007, p.01)

No caso da UHE Estreito, ser reconhecido como atingido e, conseqüentemente, ter direito a uma compensação, foi motivo de diversas tensões entre os moradores das áreas direta e indiretamente atingidas do reservatório e o Consórcio responsável pelo empreendimento.

A forma como o atingido é concebido, os princípios que essa concepção abarca definem as práticas pelas quais a instituição vai reconhecer os direitos desse sujeito.

Locatelli, 2014; Vainer, 2009 traçaram um quadro com síntese de concepções sobre o atingido que vêm sendo utilizadas por projetos hidrelétricos desde os anos 1980, sendo as visões: territorial-patrimonialista; hídrica e de mudança social, como segue:

Quadro 01: Concepções sobre atingidos

Concepção	Características	Tendência de uso
Territorial - patrimonialista	Direito de desapropriação por interesse público; “O território atingido é concebido como sendo a área a ser inundada e a população atingida é constituída pelos proprietários fundiários da área a ser inundada”; Indenização mediante a títulos.	Empreendedores Bndes.
Hídrica	Efeitos do empreendimento estritamente a área a ser inundada. Exclui os que não têm área alagada, mas têm sua estrutura produtiva prejudicada.	Bndes; Legislação; Empreendedores; MME; Aneel; Ibama; Eletrobas.
Mudança social	Empreendimento como mudança social nos planos econômico, político, cultural e ambiental, em várias dimensões e escalas espaciais e temporais.	Parte da literatura acadêmica, movimentos sociais, MAB, Banco Mundial, Comissão Mundial de Barragens.

Fonte: Locatelli, 2014; Vainer, 2009

Como se pode observar no quadro, a concepção sob um ponto de vista de mudança social considera, além das mudanças físicas e territoriais que o alagamento em sentido

estrito acarreta, também as outras instâncias mais subjetivas pelo qual o atingido é submetido. Essa concepção é um ponto de partida dos movimentos sociais que atuam na causa, como a do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que luta pela garantia do direito dos atingidos por barragens de todo país, desde o final da década de 1970.

Desde 26 de outubro de 2010, com o Decreto Nº 7.342, a ferramenta utilizada pelos estudos hidrelétricos que define quem é ou não considerado atingido é o Cadastro Socioeconômico realizado com os moradores das áreas afetadas: “Art. 1º Fica instituído o cadastro socioeconômico, como instrumento de identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica”.

2. O atingido no noticiário jornalístico

Se as disputas pelo reconhecimento de direitos entre o Consórcio e a sociedade e os movimentos sociais ocorrem sob o intermédio de ferramentas previamente institucionalizadas, como o pertencimento a um cadastro e ao enquadramento a categorias já definidas pela executora do empreendimento, a representação das práticas também faz parte de uma arena de disputa simbólica sob o crivo da mídia.

Tratando-se da cobertura pela imprensa de assuntos relacionados ao meio ambiente e os possíveis impactos sofridos por ele (classificada num segmento do Jornalismo Científico chamado de Jornalismo Ambiental), a abordagem da mídia e o tratamento dado às fontes têm sido questionados nessas últimas décadas de atuação, como observa Oliveira (1996), quando diz que a imprensa brasileira, “quando trata do meio ambiente, tem dado maior destaque às denúncias e à abordagem política - privilegiando as fontes oficiais - em detrimento das abordagens sociais, econômicas e principalmente, científicas, e das fontes oriundas destas comunidades” (OLIVEIRA, 1996, p.63).

Nesta análise foram selecionados textos jornalísticos em que se pode observar o enfoque dado ao atingido; como ele aparece no debate e como é representado na cobertura durante o período de instalação e início da operação da usina. Os veículos da mídia impressa selecionados foram o jornal de maior circulação do país, Folha S. Paulo (IVC, 2013) denominado “um jornal a serviço do país”, que por vezes cobriu in loco as questões relativas à UHE Estreito e o jornal de maior circulação do Maranhão, O Estado.

2.1. Da cobertura do Jornal O Estado

O Jornal O Estado, fundado em 1973 e pertencente ao conglomerado de comunicação no Maranhão da família Sarney, é o veículo impresso de maior circulação no estado. Com sede situada na capital, São Luís, o jornal conta com dois correspondentes no

interior, que fizeram a cobertura referente à hidrelétrica. Do trato dado às notícias sobre a usina, o jornal tem uma tendência de enfatizar o empreendimento sob a luz do desenvolvimento e ao progresso trazido ao estado; tendo diversas vezes reproduzido o pensamento da assessoria de comunicação do Consórcio.

Imagem 01 — Jornal O Estado 28 de novembro de 2012

Ceste assegura benefícios e investe no desenvolvimento sustentável da área da UHE

Consórcio Estreito Energia, empreendedor da usina hidrelétrica instalada no Rio Tocantins, em 5 anos, investe em ações e projetos que visam promover a sustentabilidade da região

ESTREITO - A Usina Hidrelétrica Estreito (UHE) entrou em funcionamento com a operação de sua última das oito unidades geradoras. Um marco para o Consórcio Estreito Energia (Ceste), empreendedor que obteve a licença da instalação da usina, procura alcançar essa meta, procura também para o desenvolvimento regional das 12 municipalidades que fazem parte da área de abrangência do projeto.

Em cinco anos, o consórcio investiu e ainda investe em ações e projetos que visam promover a sustentabilidade da região.

É o caso do Projeto Investimento Social Estreito (ISE), que apoia em ações de inclusão social na região. Além disso, o Ceste assegura os benefícios das famílias diretamente interessadas pela formação do reservatório da UHE, por meio do Plano de Desenvolvimento da População.

De acordo com o Ceste na fase anterior à construção da usina e implementado de janeiro de 2008 a outubro de 2011, o plano considerava, inicialmente, mais de 3 mil propriedades e as famílias proprietárias e não proprietárias residentes nas propriedades, de modo que estas fossem liberadas para a implantação do empreendimento como um todo, ou seja, para a área de abrangência da usina e para a formação de seu reservatório e da respectiva área de preservação permanente.



Dalva de Azevedo e outro quilombola mostram a horticultura que cultivam em sua quintal em Carolina

Mudança - De acordo com a diretora de Desenvolvimento do Consórcio, Norma Villela, a ação foi realizada para assegurar que a mudança das famílias pudesse ocorrer da melhor maneira possível.

As famílias diretamente interessadas foram informadas sobre as opções oferecidas pelo Plano de Desenvolvimento da População, podendo escolher entre a indenização de imóvel, pago em espécie; a carta de crédito para a aquisição de outro imóvel escolhido pelo próprio beneficiário; o reassentamento coletivo rural ou urbano, em locais dotados de infraestrutura construída pelo Ceste; e o lote urbano, possibilitando a construção pelo beneficiário de sua nova moradia em terreno escolhido pelo consórcio.

Por meio do plano, muitas

Mais

O Ceste tem também como parcerias a ONG Alfabetização Social e Cidadã, que tem contribuído com a redução da taxa de analfabetismo e fortalecimento da política pública de educação de jovens e adultos, bem como a Fundação Futuro Saudável, que já atendeu mais de 14 mil crianças e membros suas condições de saúde, identificação de remédios e a Care Brasil, que oferece capacitação e formação continuada a gestores públicos e Conselhos Municipais.

Famílias realizaram o sonho de mudar para uma nova casa e de se tornarem, de fato, proprietárias de um imóvel", disse Norma Villela.

As famílias de Dalva Moreira de Azevedo, que mora em

Carolina, e Maria Nilza Lopes Soares, de Babauquindá (TO), conquistaram o sonho. Dalva, mãe de três crianças, tem um pequeno comércio em sua propriedade, onde, além de trabalhar, cuida de suas netas.

A situação de Maria Nilza foi semelhante. Com outras 21 famílias, ela morava em área instável pela usina no município de Babauquindá. As duas integram o grupo de 82 famílias que receberam cartas de crédito rural e urbano para migrar suas residências.

Hoje, Dalva e Nilza moram em suas casas grandes, com telhas, cozinha, sala, copa e banheiro, uma área de serviço e ainda um quintal. Ela acrescenta que suas filhas também foram indenizadas pelo Ceste.

Compromisso - Com a usina em fase de operação, o Ceste intensificou o compromisso com o desenvolvimento local, dando continuidade ao Projeto Investimento Social Estreito (ISE). Trata-se de mais uma ação de responsabilidade social desenvolvida pelo consórcio, visando à inclusão social na área de abrangência da usina de forma propositiva que visa promover ganhos econômicos e sociais da região fortalecendo o tecido produtivo e as organizações da sociedade civil, garantir o acesso e melhoria a qualidade da educação básica, saúde pública e saneamento básico, incentivar investimentos na região e facilitar a interface com os programas de desenvolvimento e desenvolvimento planejados no âmbito do governo federal e estadual.

Essas propostas estão sendo executadas em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com organizações não governamentais.

Fonte: O Estado do MA

A reportagem intitulada “Ceste assegura benefícios e investe no desenvolvimento sustentável da área da UHE”, publicada em 28 de novembro de 2012, período próximo à inauguração da usina, funciona como uma prestação de contas positiva da ação do empreendimento na região: “Consórcio Estreito Energia, empreendedor da usina hidrelétrica instalada no Rio Tocantins, em 5 anos, investe em ações e projetos que visam promover a sustentabilidade da região”. Cabe destacar que no dia anterior à publicação, em 27 de novembro de 2012, na editoria Cidade, página 03 do mesmo jornal, foi publicada uma notícia enumerando 400 ações do Ministério Público Federal na região tocantina. Dentre essas ações destacadas, uma contra o Ceste, por não ter atendido uma condicionante da licença ambiental do empreendimento e por ser apontada como responsável direto pela grande cheia do rio Tocantins, que desabrigou famílias de ribeirinhos em Imperatriz no mês de janeiro do corrente ano; e informando que procuradores pediram à Justiça a condenação

do consórcio em R\$ 10 milhões referentes aos danos morais coletivos e individuais provocados à comunidade ribeirinha e solicitando à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a fiscalizar o empreendimento para impedir novos abusos.

O texto em análise faz parte de um contexto em que o Consórcio precisa responder à ação dos procuradores de forma positiva perante a opinião pública. A reportagem destaca as atuações do empreendimento, enumerando os benefícios para a comunidade, e aborda o remanejamento de três mil propriedades durante o período de janeiro de 2008 a outubro de 2010.

De acordo com a diretora de Socioeconomia do consórcio, Norma Villela, a ação foi realizada para assegurar que a mudança das famílias pudesse ocorrer da melhor maneira possível. *As famílias diretamente interferidas* foram informadas sobre as opções oferecidas pelo Plano de Remanejamento da População, podendo escolher entre a indenização de seu imóvel, pago em espécie; a carta de crédito rural ou urbana, possibilitando a aquisição de outro imóvel escolhido pelo próprio beneficiário; o reassentamento coletivo rural ou urbano, em locais dotados de infraestrutura construída pelo Ceste e o lote urbano, possibilitando a construção pelo beneficiário de sua nova moradia em terreno concedido pelo consórcio. ‘Por meio do plano, muitas famílias realizaram o sonho de mudar para uma nova casa e de se tornarem, de fato, proprietárias de um imóvel’, disse Norma Villela (O Estado, 28 de novembro de 2012, p. 03. Grifo nosso).

Um dos pontos que podem ser observados na voz do Consórcio sobre as famílias atingidas é que há um consenso de substituir o vocábulo “atingido” ou “impactado”, por “interferido”. No site institucional do Ceste os vocábulos que remetem a uma situação passiva aos efeitos da hidrelétrica são trocados por sinônimos de palavras como “interferir” ou “interferido”, com peso semântico de menor influência sobre a vida do que sofre a ação. Esse cuidado na seleção dos vocábulos também é percebido na reportagem publicada em O Estado.

Em sua aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 1970, Foucault levanta alguns apontamentos sobre a Ordem do Discurso. O primeiro deles é o pressuposto que a produção do discurso em toda sociedade é “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (1970, p.8). Nessa obra Foucault elenca procedimentos externos e internos de exclusão do discurso. Segundo ele, a palavra proibida (interdição), a segregação da loucura (separação) e a vontade de verdade são os três grandes sistemas de exclusão e que se apoiam sobre um suporte institucional.

Quando Foucault fala em interdições do discurso, da palavra proibida, remete-se nesta análise também à escolha cuidadosa das palavras que podem ou não entrar no jogo. Quando o Consórcio interdita no léxico o “atingido”, pode deixar de reconhecer o conceito de legitimação do sujeito o qual se refere e as práticas que agregam valor ao sentido da palavra, minimizando a ação da usina a somente uma “interferência”, que pode ser mitigada.

O plano de remanejamento das famílias, do qual fala a notícia, contempla as quatro opções elencadas na reportagem. No entanto, trata-se de uma ação compulsória, fechada dentro das alternativas oferecidas. As novas locações das famílias, o valor das indenizações e as próprias condições de infraestrutura das residências, como água potável, são argumentos de insatisfação das famílias remanejadas que não têm espaço neste texto. O remanejamento é visto pela diretora de socioeconomia do Consórcio como um “sonho” realizado pelas famílias graças ao empreendimento.

As famílias de Dalva Moreira de Azevedo, que mora em Carolina, e Maria Nilza Lopes Soares, de Babaçulândia (TO), *conquistaram o sonho*. Dalvinha, como é mais conhecida, morava na beira do Rio Tocantins, numa casa simples, sem reboco, com dois quartos pequenos, onde, além dela, moravam o marido e duas netas. A situação de Maria Nilza foi semelhante. Com outras 21 famílias, ela morava em *área interferida* pela usina no município de Babaçulândia. As duas integram o grupo de 822 famílias que receberam cartas de crédito rural e urbana para poderem escolher suas novas propriedades, como forma de mitigar essas mudanças. Hoje, Dona Dalvinha mora em uma casa grande, com três quartos, sala, copa e cozinha, uma área de serviço e ainda um quintal. Ela acrescenta que seus filhos também foram indenizados pelo Ceste (O Estado, 28 de novembro de 2012, p. 03. Grifo nosso).

O sujeito, no caso, as famílias apresentadas na reportagem, ocupam lugar de destaque na imagem que compõe a disposição gráfica da página (Imagem 01), com a representação dos dois remanejados colhendo hortaliças do quintal. Esse mesmo sujeito, no entanto, não possui sua própria fala no texto verbal da notícia. O jornalista descreve o sonho conquistado pela família, utilizada como personagem para ilustrar um exemplo e deixar subtendido que as demais famílias foram remanejadas também de forma tão bem sucedida quanto ao do exemplo.

Sobre o espaço que o atingido ocupa no debate no jornal O Estado, cabe observar dois registros feitos sobre manifestações realizadas pelos moradores de áreas atingidas pela Usina, em 09 de abril de 2013 e em 22 de outubro de 2013, ano seguinte à inauguração do

empreendimento. Em ambas, a cobertura do jornal foi feita com foto-legenda, publicada na parte inferior da página 03 (Imagem 02).

CAROLINA - Famílias do município de Carolina atingidas pela obra da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE) saíram às ruas na semana passada em manifestação contra o impacto que a construção causou. Segundo os manifestantes, muitos prejuízos estão sendo conferidos por estas famílias. Elas alegam problemas nas casas que estão com a estrutura comprometida. Os moradores ribeirinhos que perderam suas casas também denunciaram o caos deixado pelo Consórcio Estreito Energia (Ceste), responsável pelo empreendimento. O problema que perdura desde o início das obras, há cerca de seis anos, previa como ação de compensação pela construção da UHE no município 32 programas sociais. Entre as principais demandas, a criação da praia de Carolina. Os moradores temem agora o fim das obras e o abandono total das ações previstas. Os manifestantes articulam novos protestos (O Estado, 09 de abril de 2013, p. 03).

ESTREITO - Dezenas de moradores do município de Estreito realizaram manifestação, no fim de semana, para reivindicar soluções imediatas do Consórcio Estreito Energia (Ceste), responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE). De acordo com os manifestantes, o consórcio não atende às demandas já encaminhadas para amenizar os problemas ocasionados com o investimento. Ainda segundo eles, devido ao aumento do volume do lençol freático, várias casas estão ameaçadas de desabamento. Desde o início deste ano, a Prefeitura de Carolina tenta, com o Ceste, intermediar soluções que atendam tanto à demanda das famílias quanto ao cumprimento de acordos firmados para amenizar os prejuízos causados ao município com a construção do empreendimento (O Estado, 22 de outubro de 2013, p. 03).

Com a inauguração da Usina, em 2012, as condicionantes ambientais e programas já deveriam ter sido executados com o objetivo de mitigar os impactos às comunidades locais. As duas fotos-legendas citadas descrevem problemas, denúncias e insatisfação da comunidade perante o Consórcio em dois momentos do ano de 2013, no primeiro e o no segundo semestre. A problemática, no entanto, não teve espaço no jornal para uma reportagem elaborada com os depoimentos das diversas fontes e atores sociais envolvidos apresentados no texto: as famílias atingidas, o poder local – prefeituras e o Consórcio.

Fazendo-se uma comparação do espaço gráfico e visual que O Estado dispôs nas duas situações: a voz do atingido recebendo benefícios do Consórcio e ao atingido enquanto sujeito de reivindicações e lutas contra o empreendimento, nota-se que os três textos situam-se na mesma editoria – Cidades – na mesma página 03 do jornal. A primeira reportagem ocupa lugar privilegiado de leitura na disposição gráfica do jornal, na parte superior à direita; enquanto que as fotos-legendas, além de ser um tipo de texto jornalístico usado para temas de menor relevância dentro da gramática jornalística, ocupam a parte inferior da página e dividindo a atenção do leitor com os anúncios.

Imagem 02 — Comparação Jornal O Estado das respectivas publicações: 28 de novembro de 2012, 09 de abril de 2013 e 22 de outubro de 2013.



Fonte: O Estado do MA, agrupado pela autora.

Foucault (1970) aponta que os procedimentos de controle (seleção, organização e redistribuição da produção) funcionam como rarefação do discurso, da “rarefação dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (p.37). E destaca três coerções do discurso: as que limitam seus poderes; as que dominam suas aparições aleatórias e as que selecionam os sujeitos que falam.

Pode-se apropriar do pensamento de Foucault também para pensar que o jornalismo, enquanto uma prática, possui procedimentos de coerção do discurso e que a seleção das fontes autorizadas, que têm o poder de legitimar o discurso; a seleção do assunto que deve ou não entrar na ordem do dia, ou mesmo a visibilidade ou silenciamento que determinados sujeitos adquirem, cumprem também o papel de organizar a produção discursiva. E esse discurso é regido também por relações de poder.

2.2. Jornal Folha de São Paulo

Nos últimos meses do ano de 2012, a UHE Estreito estava em destaque na imprensa devido à inauguração da usina. Além da mídia local, houve também cobertura da imprensa nacional, como o jornal Folha de S. Paulo, que enviou repórteres à região. Em 22 de

outubro de 2012, na editoria Poder, a Folha publicou: “Nova hidrelétrica afeta vida de moradores no MA – Usina de Estreito, no Tocantins, altera rotina e cultura da população local e destrói agricultura de subsistência”.

Imagem 03: Folha de S. Paulo, 28 de outubro de 2012.

A14 poder ★ ★ ★ DOMINGO, 28 DE OUTUBRO DE 2012

FOLHA DE S. PAULO

Nova hidrelétrica afeta vida de moradores

Usina de Estreito, no rio Tocantins, altera rotina e cultura da população local e destrói agricultura de subsistência

Consórcio responsável pela obra afirma que 2.000 famílias foram indenizadas; outras 900 acampam na região

AGUIRRE TALENTO
ENVIADO ESPECIAL A ESTREITO (MA)
E BABAÇULÂNDIA (TO)

A construção da hidrelétrica de Estreito (MA), inaugurada neste mês pela presidente Dilma Rousseff, forçou ex-moradores de áreas afetadas pela barragem a viver em acampamentos sem eletricidade ou em assentamentos com racionamento de água.



Os problemas começaram há cerca de dois anos, quando a usina estava em obras e os moradores tiveram de se retirar. A hidrelétrica, no rio Tocantins, afeta 12 municípios na divisa entre o Maranhão e o Tocantins.

O principal é Estreito, sede da usina. Lá, a população teme que, no período chuvoso a ser iniciado em dezembro, o rio provoque enchentes por causa da barragem. Na zona rural, a erosão causada pela barragem à beira do rio já destruiu plantações.

O Ceste (Consórcio Estreito Energia), responsável pela hidrelétrica, diz que 2.000 famílias afetadas foram removidas e indenizadas. Parte delas, segundo o Ceste, foi reassentada em outros locais. Há outras 900 famílias, porém, que reivindicam indenização.

Elas não receberam nada porque não eram donas das terras onde moravam ou não tinham documentos que provavam a posse das áreas. Para pressionar o governo federal a indenizá-las, montaram acampamentos provisórios, onde vivem sem eletricidade, perto da usina.

Segundo o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), há cerca de 400 famílias em acampamentos nas cidades de Babaçulândia, Barra do Ouro e Filadélfia (no Tocantins) e Carolina (MA).

FORRO E LAMPARINA

Em Babaçulândia, o acampamento foi montado à beira do rio Tocantins. As casas são de palha e de madeira e as famílias vivem da agricultura. Plantam feijão, milho, mandioca e tomate. O passatem-

po é forró no rádio de pilha. “Luz é na base da lamparina”, diz Gilberto de Araújo, 38.

Ele morava numa casa no mesmo terreno da sogra, com a mulher e dois filhos. Viviam da agricultura e tiveram de sair por causa da barragem —o local foi alagado. “Eu plantava muito, rendia mais de R\$ 2.000 por mês”, diz. Só a dona da terra foi indenizada, e Gilberto ficou sem casa.

O MAB pede ao governo federal a legalização dos acampamentos hoje existentes.

Mesmo os reassentados têm problemas. Em Babaçulândia, o abastecimento de água é feito por carros-pipa enviados de segunda a sábado pelo consórcio. “Domingo a gente vai tomar banho no rio com medo de que a água da casa acabe”, afirma o agricultor Agnaldo Barros, 38.

OUTRO LADO

Consórcio diz que remanejou mais de 500 famílias

ENVIADO ESPECIAL A ESTREITO (MA)
E BABAÇULÂNDIA (TO)

O Ceste (Consórcio Estreito Energia) afirma que aprovou a indenização de 70% das famílias que solicitaram a inclusão no plano de remanejamento de afetados pela hidrelétrica de Estreito.

Segundo o consórcio, até mesmo famílias que não eram proprietárias das terras onde moravam foram indenizadas. Em nota, diz que “foram remanejadas mais de 500 famílias não proprietárias”.

Já o governo federal afirma que existem cerca de 900 famílias no entorno da hidrelétrica que reivindicam indenização por terem sido impactadas e que será realizada “em breve” uma reunião para discutir a situação.

Sobre o abastecimento de água, o Ceste informa que a água captada no poço artesiano apresenta características salobras, e que providenciou a instalação de filtros para melhorar suas condições. Os moradores, porém, dizem que a qualidade da água continua ruim.

O Ceste afirma aguardar um posicionamento do Itama para saber se interrompe o fornecimento de água por meio dos caminhões-pipa.

Fonte: Folha de S. Paulo

Na reportagem, o lead “A construção da hidrelétrica de Estreito (MA), inaugurada neste mês pela presidente Dilma Rousseff, *forçou* ex-moradores de áreas afetadas pela barragem a viver em acampamentos sem eletricidade ou em assentamentos com racionamento de água” denuncia uma situação compulsória de remanejamento (com a escolha do verbo “forçou”) para designar a condição de mudança para um novo espaço; assim como as condições dessa nova forma de vida.

O Ceste (Consórcio Estreito Energia), responsável pela hidrelétrica, diz que 2.000 famílias afetadas foram removidas e indenizadas. Parte delas, segundo o Ceste, foi reassentada em outros locais. Há outras 900 famílias, porém, que reivindicam indenização. Elas não receberam nada porque não eram donas das terras onde moravam ou não tinham documentos que provavam a posse das áreas. Para pressionar o governo federal a indenizá-las, montaram acampamentos provisórios, onde vivem sem eletricidade, perto da usina. Segundo o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), há cerca de 400 famílias em acampamentos nas cidades de Babaçulândia, Barra do Ouro e Filadélfia (no Tocantins) e Carolina (MA). (FOLHA DE S. PAULO. 2012, p. A14)

Nesse trecho, o texto mostra uma discrepância entre as instituições envolvidas (Ceste e MAB) sobre o número de famílias afetadas. Esse não consenso sobre o número de afetados é oriundo da concepção sobre o atingido, na qual o Consórcio tende a ter uma visão territorial- patrimonialista, conforme demonstrado no quadro 01, em que o direito a indenização se consolida mediante a apresentação do título da terra. A tática para

pressionar o poder hegemônico do Consórcio tende a ser os acampamentos montados pelo MAB, conforme a reportagem.

O repórter narra o modo de vida no acampamento pelo “lado de dentro”, descrevendo a rotina das famílias: “Em Babaçulândia, o acampamento foi montado à beira do rio Tocantins. As casas são de palha e de madeira e as famílias vivem da agricultura. Plantam feijão, milho, mandioca e tomate. O passatempo é forró no rádio de pilha. ‘Luz é na base da lamparina’, diz Gilberto de Araújo, 38”. O autor deixa o leitor perceber um grande contrassenso que se dá quando um ex-morador ribeirinho tem o fornecimento de luz à base de lamparina, dentro de um contexto no qual o transtorno vivido pela personagem, causado pela usina hidrelétrica, tem como propósito o fortalecimento da matriz energética do país. E esse sujeito, além de exercer as atividades laborais, como plantio, mesmo desprovido de energia elétrica, ouve rádio de pilha e dança forró: é também um ser dotado de raízes culturais que tentam se sustentar, no meio da adversidade. “Ele morava numa casa no mesmo terreno da sogra, com a mulher e dois filhos. Viviam da agricultura e tiveram de sair por causa da barragem --o local foi alagado. ‘Eu plantava muito, rendia mais de R\$ 2.000 por mês’, diz. Só a dona da terra foi indenizada, e Gilberto ficou sem casa”.

OUTRO LADO O Ceste (Consórcio Estreito Energia) afirma que aprovou a indenização de 70% das famílias que solicitaram a inclusão no plano de remanejamento de afetados pela hidrelétrica de Estreito. Segundo o consórcio, até mesmo famílias que não eram proprietárias das terras onde moravam foram indenizadas. Em nota, diz que “foram remanejadas mais de 500 famílias não proprietárias”. Já o governo federal afirma que existem cerca de 900 famílias no entorno da hidrelétrica que reivindicam indenização por terem sido impactadas e que será realizada “em breve” uma reunião para discutir a situação (FOLHA DE S. PAULO, 2012, p. A14).

Enumerando-se os atores sociais que aparecem no texto tem-se: o Consórcio Estreito Energia; o Movimento dos Atingidos por Barragens; família atingida e o Governo Federal. Percebe-se uma tensão entre aqueles que falam e a possibilidade de negociação para que haja menos transtornos caso o governo federal cumpra com o seu papel e reconheça os direitos do atingidos.

Quando Foucault (1970) aponta a “vontade de verdade” como um dos três grandes sistemas de exclusão do discurso, que se apoiam sobre um suporte institucional, fala que toda produção de discurso implica, no nível de subjetividade, certa vontade de conhecer as verdades do discurso.

Para analisar o discurso em suas condições, seu jogo e seus efeitos é necessário, segundo Foucault (1970), questionar a vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter

de acontecimento e suspender a soberania do significante. Para tal, ele propõe um procedimento metodológico que compreende: inversão, descontinuidade, especificidade e exterioridade. Tais princípios consistem em reconhecer a rarefação do discurso; considerar o discurso como práticas descontínuas, que podem se ignorar ou se excluir; assim como vé-lo não como um jogo de significações prévias, mas como uma prática que impomos às coisas; e atenta também que é necessário num método de análise partir do próprio discurso para as condições externas de possibilidade.

Cabe refletir que o campo jornalístico possui dispositivos próprios em busca de uma veracidade, como a técnica de confrontação das diferentes fontes; a própria linguagem jornalística - objetiva e clara, que, ao trazer à tona as contradições e diferentes versões sobre o mesmo tema legitimam o discurso desse campo como crível, justo e verdadeiro (ainda que não o sejam).

Fazendo-se a análise dos dois veículos em questão sobre o atingido, chega-se ao quadro-resumo abaixo, no qual se pode visualizar, de modo condensado, os atores sociais que falam; como é feita a representação do atingido e a visão sobre o empreendimento.

Quadro 02: Quadro-resumo de análise sobre o atingido

Veículo	Atores sociais que falam	Como é o atingido?	Visão sobre o empreendimento
Folha S. Paulo	-CESTE; -MAB -Família não indenizada -Governo Federal	É impactado; mas passível de ser recompensado caso o Consórcio e o Governo cumpram seu papel.	Crítica
Jornal O Estado	-CESTE; -Famílias remanejadas (enquanto exemplo bem sucedido);	Sofreu alguns impactos, mas que são justificados pelo progresso trazido pelo empreendimento. O atingido enquanto manifestante não encontra espaço no debate	Desenvolvimentista

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2014.

Argumentos bipolarizados, como as dimensões dos impactos versus o imperativo do desenvolvimento, balizam as perspectivas sobre o empreendimento hidrelétrico. Faz-se necessário, no entanto, aprofundar-se sobre as nuances desses impactos e de como o desenvolvimento seria possível para compreender quem é de fato esse sujeito, que se encontra inserido na conjuntura da construção de uma obra do escopo estruturante do país.

3. Considerações

Dadas as concepções sobre o sujeito atingido e um recorte de análise que compreende a representatividade e a visibilidade que os diversos atores adquirem no debate midiático sobre barragens, questiona-se aqui até que ponto o nível de representação de sujeitos, após o crivo da produção de um noticiário, corresponde às práticas reais de poder de fala no debate cotidiano e no jogo de forças entre os diversos interessados.

Ferramentas democráticas que deveriam ouvir os sujeitos envolvidos nesse processo como os comitês de co-gestão e audiências públicas nem sempre cumprem o papel que deveriam cumprir nem dão voz aos que deveriam falar. Os processos concernentes à instalação de uma usina hidrelétrica, como o desvio do rio, formação de um novo cenário e a produção de energia elétrica, ocorrem paralelo às representações que são dadas a essas práticas. No entanto, pressões e lutas a nível simbólico, em que a imagem de instituições e de sujeitos ganham espaço na esfera midiática podem influenciar na conquista de direitos, como o das famílias remanejadas, alterando e promovendo uma revisão sobre como o processo pode ser reconduzindo, de forma mais justa; e remoldando os procedimentos a serem adotados em futuros empreendimentos.

Não é mérito deste texto discutir a viabilidade de construção de grandes empreendimentos, como a necessidade de usinas hidrelétricas no país, mas refletir sobre os métodos e o trato dado ao sujeito que se relaciona com esse espaço que vai ser transformado. Se não nos cabe a legitimidade acadêmica de validar ou invalidar as técnicas de engenharia e geográficas utilizadas pelos empreendedores; nos é permitido observar e refletir sobre como a mídia representa esses sujeitos envolvidos no processo.

Sob a luz dos estudos de Foucault, pressupõe-se nestas análises que há um sistema de poder que age sobre o discurso, e estes emergem de relações entre verdades, saberes, práticas sociais e instituições; daí a necessidade de compreender as condições de existência desse discurso. E pensa-se aqui também o campo jornalístico numa imbricação entre mecanismos de poder e saber. Aos moldes de que Foucault (1976) pensa o poder, não somente como um mecanismo de opressão, mas também um mecanismo produtivo, já que há uma intrínseca relação entre poder e saber: poder produz saber e o saber está permeado por relações de poder.

Referências bibliográficas

BRASIL. Casa Civil. Lei-ordinária nº 9.074, de 1995. **Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.** Brasília, DF, jul. 1995. D.O. de 08 jul 1995, p. 10125.

BRASIL. Casa Civil. Decreto-Lei nº 7.342, de 2010. **Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o comitê internacional de cadastramento socioeconômico, no âmbito do ministério de minas e energia, e dá outras providências.** Brasília, DF, 2010. D.O.U. 27 out 2010, p. 2.

CNEC Engenharia S. A., **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica de Estreito.** São Paulo, 2001.

FOLHA DE S. PAULO. **Nova hidrelétrica afeta vida de moradores no MA.** São Paulo, 28 de outubro de 2012. Editoria Poder, pag. A14.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no *Collège de France* pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19º ed., São Paulo. Ed. Loyola, 2009. 79 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997. 295 p.

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e Barragens:** O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação de hidrelétricas. Florianópolis: Insular, 2014. 360p.

O Estado. Ceste **assegura benefícios e investe no desenvolvimento sustentável da área da UHE Estreito.** São Luís, 28 de Nov de 2012. Editoria cidade, pag. 3.

O Estado. Foto-legenda. São Luís, 09 de abril de 2013. Editoria cidade, pag. 3.

O Estado. Foto-legenda. São Luís, 22 de outubro de 2013. Editoria cidade, pag. 3.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Democracia, Meio Ambiente e Jornalismo no Brasil.** In: DENCKER, Ada; KUNSCH, Margarida (Org.) *Comunicação e Meio Ambiente.* São Paulo: Intercom, 1996. P. 61-69

VAINER, Carlos. **Conceito de atingido:** uma revisão do debate e diretrizes. Disponível em <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicações>. Acesso 02 de maio de 2014

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e Lutas Sociais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2002. 126 p.